



Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos

PARECER: 41/96

96.06.20

RECLAMANTE: João Dias Miguel

ENTIDADE RECLAMADA: Inspector-Geral da Saúde do Ministério da Saúde.

I OS FACTOS

1. O requerente pretende ter acesso ao processo de averiguações nº. 5/96/A, que envolve a utilização de verbas atribuídas pela LPCC ao IPO.

2. A Administração Pública, apesar de o processo já estar arquivado, recusa o acesso, declarando que poderá haver uma eventual intervenção de autoridades com poderes de investigação criminal (PGR), sem ter comprovado que tal se verifica efectivamente em termos subsumíveis à cláusula excepcionatória que parece invocar.

II O DIREITO

1. À base do artigo 6º. e da legislação especial para que remete, referente ao segredo de justiça, não há fundamento para a recusa.

2. À base do nº. 6 do artigo 7º e dada a fundamentação invocada na recusa, independentemente de outras considerações, não pode colocar-se a questão do indeferimento do acesso aí previsto.



Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos

PARECER:

A CADA é de parecer que a Lei nº. 65/93 de 26.8 não admite a recusa com os fundamentos invocados pela Administração, pelo que a mesma é ilegal

Lisboa, 20 de Junho de 1996

Fernando Condesso (Relator) - Mário Rui Marques de Carvalho - Hélio Corvelo de Freitas - Branca Pena do Amaral - João Labescat - Armindo José Girão Leitão Cardoso (Presidente)